

O desenvolvimento do ensino superior em Angola: implicações da diversidade das suas instituições

Mbaz Naege *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6517-439X>

Albano Agostinho Eduardo **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-6670-3065>

Resumo: A presente reflexão procura descrever o desenvolvimento do Ensino Superior em Angola, em particular, explica o surgimento e a evolução deste subsistema de ensino. O estudo apresenta uma perspectiva diacrónica, isto é, desde o período colonial, passando pelo período referente à universidade única (Universidade Agostinho Neto), assim como pela expansão desta instituição, a partir de 2009, em outras universidades públicas regionais e privadas. Neste processo, tomamos como referência a Universidade Lueji A'Nkonde cuja descrição se faz essencialmente a partir da perspectiva de evolução dos cursos, corpo docente e de população estudantil. Simultaneamente, apontam-se algumas dimensões deste desenvolvimento associadas às dificuldades que os estudantes enfrentam no ingresso neste nível educativo, nomeadamente a transição e a adaptação académica. Com base no questionamento, *Quais são as implicações da diversificação de instituições educativas no desenvolvimento do Ensino Superior em Angola?* fez-se uma abordagem de natureza qualitativa e recorrendo à revisão bibliográfica e documental de cujos dados permitiram responder àquela questão. Concluimos que o Ensino Superior atravessa uma fase de expansão, expressa pela diversidade e pela cobertura, cujo impacto se reflecte na evolução dos cursos, aumento e qualificação dos docentes, bem como pela quantificação e qualificação de quadros.

Palavras-chave: Angola, desenvolvimento, Ensino Superior, implicações

The development of Higher Education in Angola: Implications of the diversity of its institutions

Abstract: This reflection aims to describe the development of Higher Education in Angola, in particular, the emergence and evolution of this education subsystem. The study shows a diachronic perspective, from the colonial period, passing through the period of the single university (Universidade Agostinho Neto), as well as the emergence of Regional Universities from 2009 and the expansion to public and private Higher Education Institutions. We take Lueji A'Nkonde University as a reference, whose description is essentially made in terms of the courses, faculty and student population. At the same time, some dimensions of this development associated with the difficulties that students face in entering this educational level, namely in academic transition and adaptation. Based on the question, *What are the implications of the diversification of educational institutions in the development of Higher Education in Angola (?)*, we take a qualitative

* Doutor em Ciências da Educação, área de especialização de Psicologia da Educação na Universidade do Minho/ Instituto de Educação (Uminho/ IE, Braga / Portugal). Mestre em Ciências de Educação na especialidade de Análise e Intervenção em Educação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em Portugal (FCSH/ UNL). Licenciado em Psicologia na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação/Universidade de Lubumbashi «UNILU». Professor Associado pela Universidade Lueji A'Nkonde/ Escola Superior Pedagógica da Lunda-Norte. E-mail: nauege2015@gmail.com

** É Docente Assistente pela Escola Pedagógica da Lunda Norte, Investigador do Centro de Estudo e Investigação em Ciências Pedagógicas (CEICP) e Colaborador pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Social da Universidade Lueji Ankonde - CEDES – ULAN e Jornalista Freelancer. E-mail: mulombi2015@gmail.com

approach, fundamentally resorting to a bibliographical and documental review, whose data allowed answering that question. We concluded that Higher Education is going through an expansion phase, expressed by diversity and coverage, whose impact is reflected in the evolution of courses, increase and qualification of teachers, as well as the quantification and qualification of staff.

Keywords: Angola, development, higher education, implications

Kuthatuka ka kufumba cilemu mu Angola: Kussoloka ka yikungamina yenkha nyi yenkha ya ufumbemu cipatu

Yino soneko ku yina solola uthatwiso wa kutungulula nyi kulujeka ca kufumba nyi malyindjekela mu Angola, nyi nawa, kusemuka nyi ku thatuka ca cipatwilo cino ca kulonguesa. Ayino yina fupha nawa kusolola yikuma yimwe yinene katu ku uputukilo wa kufumba, kutwala ku maximbu a ukungamino wa wikha (Universidade Agostinho Neto) ndo ku kuthatwisa yikungamino yitangu katu ku mwaka 2009, ku kuzazulula yikungamino ya kufumba. Cino ha kusula, cilayi hicapwa kusa ha Universidade Lueji A'Nkonde ngwe cize hi capwa kusolola ha yikuma yina tala kuthatuka ca kulujeka ca longeso, longexi nyi longi nawa. Khexikha yimwe yihanda nawa ya kuthatuka ku yinapu ku cinga nyi yimwe yikwiko ya ku solokako kuli longi ha kutwala ku ndjila co ca ukungamino ndo ha ulite wo. Ha cino, kuna soloka cino cihula, yikha ya kulita nyi kulujeka yikungamino yimwe nyi yikwo ha kuthatuka ca cipatulo ca kufumba muno mu Angola? Ha cino, ca lita nyi mikhwala ya kufupha ca ulemo (qualitativa) nyi ku tanga ca yize te hi yinapu ku soneka ha cino (revisão bibliografica e documental), kwe kuze te hi ya neha kumbululo ku cihula. Há kusulisa cino, yikungamino nyi yipatwilo ya kufumba ku yina palika amwe maximbu a ku zazuluka ha kutakanyisa kufumba ku kutwala kulujeka ca longeso nyi kwokesa nawa longexi ali nyi yinyingi hamwe nawa nyi undji nyi ulemo wa akwa milimo muno mu cifuci cino.

Mazwi a ulemo: Angola, kuthatuka, kufumba ca ulemu, yikungamino ya ufumbe.

Introdução

O Desenvolvimento do Ensino Superior (ES) em Angola: Implicações da Diversidade das suas Instituições é o tema escolhido para a presente reflexão a julgar pelos passos que o país tem direcionado para o crescimento social, onde a educação e o ES desempenha um papel fundamental. O surgimento de universidades em África no atual modelo, e de modo particular em Angola, está associado à reprodução do sistema de educação europeu/colonial. Esta transposição de estruturas e modelos das metrópoles para os respectivos territórios colonizados tinha como objetivo responder à necessidade de proporcionar uma educação superior aos filhos dos colonos aqui (África) residentes, evitando assim o regresso da classe burguesa nacional à europa (Silva, 2004).

Na verdade, o desenvolvimento do ES, em Angola, tem sido objeto de vários estudos de caráter pedagógico, sociológico, psicológico, didático, antropológico e econômico que focam os mais diversos aspectos organizacionais e de avaliação, o que motivou, nesta abordagem, aspectos relacionados ao surgimento, redimensionamento para além das implicações das instituições (públicas e privadas) na sociedade.

Atualmente, assiste-se ao aumento do número de jovens a frequentar aquele ensino, o que se justifica pelo aumento de Instituições de Ensino Superior (IES) e

Mbaz Naege, Albano A. Eduardo, *O desenvolvimento do ensino superior em Angola: implicações* consequente oferta formativa, assim como pelas exigências dos diferentes postos de trabalho, dando lugar a procura duma formação especializada para o desenvolvimento de competências e conhecimentos que, segundo MESCTI (2018), auxiliem as pessoas assumir determinados postos de trabalho, tendo em vista o desenvolvimento do país.

É nesta perspectiva que, de acordo com os marcos históricos que permitiram o surgimento do ES, o estudo analisa os desafios fortemente influenciados pelas condições sociais e políticas do país ao longo das últimas décadas. Juntando-se a isso as dificuldades inerentes à (des)colonização, e mais tarde a guerra civil, que afetaram o sistema educativo por opções políticas desajustadas (Naege, 2019).

Sendo um país com grande potencial ao nível de recursos naturais, com destaque para a sua demografia, a política educacional foi-se desenvolvendo a um ritmo possível, tendo em consideração as suas fases políticas, económicas e os comprometimentos nacionais e internacionais. É no âmbito deste percurso e caracterização que se questionam *as implicações da política de diversificação de instituições educativas no desenvolvimento do ES* que, no fundo, orientam a sequencialização dos tópicos escolhidos para a presente reflexão.

Aspectos históricos do Ensino Superior em Angola

Período Colonial (1962 – 1974)

O surgimento da universidade no território africano corresponde a uma necessidade de se evidenciar “o encontro com a ciência, o desenvolvimento de grande património cultural, constituindo assim símbolo do renascer da África negra” (Silva, 2004, p. 154.). Por isso, no que diz respeito ao atraso no desenvolvimento do ES podemos referir que existem causas estruturais ligadas ao nível de desenvolvimento das sociedades e culturas africanas, após o contacto com os povos europeus — mundo viabilizado pelo(s) colonizador(es).

Segundo Zau (2009), o colonialismo focou o investimento de meios necessários à formação de alguns colonizados, bem como a consolidação das sociedades que tutelava. Daí José Carlos Venâncio citado em Zau (2009) salientar que, neste continente, a crise do Estado é o lado mais visível do subdesenvolvimento, sendo parte dela ser imputada ao Estado colonial, uma vez que “aos governantes africanos, às elites pós-coloniais, apenas se pode apontar, nestas circunstâncias, a falta de vontade ou a incapacidade de alterar esta ordem de coisa” (p.172). É nesta visão que Silva (2012) reforça a ideia de que as

Mbaz Naege, Albano A. Eduardo, O desenvolvimento do ensino superior em Angola: implicações universidades africanas basicamente caracterizaram-se em instrumentos ao dispor dos Estados, “o que limitava a sua autonomia e prejudicava a capacidade de garantir as políticas de ensino e investigação” (p. 45).

Em Angola¹, os movimentos iniciados na década de 50, século XX, visaram a melhoria das condições de vida da população, uma vez que reivindicavam reformas do sistema colonial, através de um modelo político de confederação/ independência em relação à metrópole (Portugal) (Cunha, 2010). Neste período, segundo o autor, ocorreu o surgimento de uma nova educação que impulsionou novas formas ao nível de organização civil, tendo o povo assumido as rédeas do seu processo histórico e, conseqüentemente, o início de mobilização e mudança a com efeito nos anos de 1974 – 1975. Assim, a política educacional – às vezes com rotura com hábitos muito ancestrais dos povos nativos – estava essencialmente ligada aos interesses do governo central (metrópole), tendo uma expansão bastante limitada, com o foco no fortalecimento do núcleo colonial, segundo aquele autor.

Mas foi durante a pressão da comunidade internacional associada à guerrilha que Portugal adoptou uma estratégia que visava acalmar o clima de conflito que enfrentava com os nacionalistas, tendo criado programas de evangelização das populações, isto é, por via de movimentos religiosos (Missões Católica e Evangélica) que se encarregavam pela escolarização da população indígena. Daí poder-se afirmar que até o ano 60 não existia ES em Angola, e os estudantes interessados recorriam a bolsas para Portugal, sendo estas caracterizadas por insuficiência ao nível de despesas inerentes à deslocação e à manutenção, mas reservadas às famílias de estrato social elevado² (Santos, 1970; Silva, 2004). Porém, foi a partir de 1962, com base no decreto-lei nº 44530/62 de 21 de agosto, que foram criados os Estudos Gerais Universitários de Angola, integrados na universidade portuguesa, com os cursos de Medicina, Engenharia, Veterinária, Agronomia, Silvicultura e Ciências Pedagógicas (Santos, 1970).

Em 1963, assiste-se ao gradual aumento do número de estudantes no ES; 314 neste mesmo ano, 531 no ano de 1964 e cerca de 600 estudantes no ano de 1966, essencial de origem branca, com famílias que valorizavam a escolarização e que dispunham de meios económicos para o suporte de estudos universitários (Henderson,

¹ O território hoje designado República de Angola, está estruturado em 18 Províncias, com uma extensão de cerca de 1.246.700 Km², tendo estado durante cerca de cinco séculos sob domínio do colonialismo português.

² Características como origem, local de nascimento, local de residência e o nível social da família eram relevantes tanto no desenvolvimento global quanto no académico, já que as oportunidades (ou falta delas) de aprendizagem eram perpetuadas e reforçavam a estratificação da sociedade (Santos, 1970).

1990). Já o Decreto-lei nº 48790 de 23 de dezembro de 1968 transformou os Estudos Gerais Universitários de Angola em Universidade de Luanda, e posterior distribuição geográfica seguida de cursos. (i) Luanda (Engenharias Mecânica, Geográfica, Civil, Eletrónica e Minas; Medicina, Matemática, Química e Biologia); (ii) Nova Lisboa/Huambo (Agronomia, Silvicultura e Medicina Veterinária); e (iii) Sá da Bandeira/ Huíla (cursos de Letras, Ciências Pedagógicas, Matemática, Geografia, História e Filologia Românica). Também, em Luanda, foi autorizada a criação do Instituto Pio XII de Educação e Serviço Social, pela Igreja Católica (curso de Serviço Social). A título de exemplo, no ano letivo 1973/1974, a Universidade de Luanda contava com 2354 estudantes e 274 docentes (Gulbenkian, 1987, p.16).

Neste percurso, em 1975, antes da proclamação da independência, a Universidade de Luanda foi objeto de desdobramento tendo os núcleos universitários (Huambo e Lubango) adquirido a autonomia. Já no Pós-Independência, no âmbito da primeira reforma geral do sistema de ensino (1976), surgiu a Universidade de Angola, sob portaria nº 77-A/76 de 28 de setembro que marcou uma nova era, permitindo o acesso a outras camadas dos angolanos. Assim, a independência veio a exigir aos governantes a redefinição de políticas educacionais, que salvaguardassem a autonomia do ensino e dos respectivos conteúdos. Ou seja, nas escolas e nos respectivos manuais até finais dos anos 70, era também imperioso que se quebrasse a disseminação política da ideologia colonial que até à data assegurava a ordem e a legitimação do poder. Este sentimento de mudança e ruptura com sistema anterior, em 1976, permitiu a reorganização do sistema educacional, tornando o contexto educativo livre daquelas influências políticas e a consequente defesa da cultura e valores sociais angolanos.

Tendo em vista o contexto, a reestruturação do sistema educativo foi acompanhada de dificuldades socioeconômicas; escassez de recursos econômicos para a produção de novos manuais de ensino, insuficiência de material didático, escassez de instalações, a inexistência de um programa imediato de formação de professores que ajudasse a minimizar as suas lacunas (Nguluve, 2006, p. 78). Mas, segundo o autor, foi no final do período colonial que o número de estudantes no ES evoluíra para 4176 estudantes, registando-se uma quebra em 1977 para cerca de 1.109, como consequência da guerra civil pós-independência.

Período Pós-independência (1975 - 1992)

Já com as independências foi possível aos governos africanos assumirem a responsabilidade de administrar bem como de controlar o ES, atribuindo a ele a função revolucionária (patente na época) como agente do desenvolvimento local e de omissão das alianças do colonialismo nas vertentes cultural e mental. Em Angola, tal como referimos, originou a criação da Universidade de Angola que, a partir de 1985 passou a designar-se Universidade Agostinho Neto (UAN), decretada pelo Conselho de Ministros no Diário da República nº 9-1 Serie, de 24/10/85, assumindo assim o nome do seu primeiro Reitor em jeito de homenagem. Manteve-se até 2009 como a única instituição de ES estatal.

Neste período, tendo em conta a demografia, a taxa de analfabetismo (85% do total da população) era ainda caracterizada como elevada, pelo que nos primeiros anos após a independência, o plano nacional de educação tentou estimular as famílias a participarem nas atividades escolares dos filhos, na luta pela redução do analfabetismo através da organização de salas de aula. Desta forma, era premente a tomada de medidas que possibilitassem a superação da situação, atuando sobretudo nos ensinos básico e médio. O país encontrava-se, assim, diante de um grande desafio que era a redução do analfabetismo na população, atendendo a possibilidade de solidificar a política.

Em 1977 foi aprovada uma nova política educativa que visava satisfazer as necessidades de desenvolvimento do país, fundamentada nos princípios de igualdade de oportunidades, de gratuidade no acesso à escola e de continuidade dos estudos (Nguluve, 2006, p.146). Nesta década, a Universidade de Angola³ no período de ajustamento e expansão (1981-1991), assume como missão o apoio ao desenvolvimento cujo período foi caracterizado por uma tendência de expansão quantitativa (estrutura, cursos, docentes, estudantes) e qualitativa, em termos de qualidade de formação (Silva, 2004). Nesta fase de expansão assistimos à criação do Instituto Superior de Ciências da Educação, da Faculdade de Direito, do Departamento de Arquitetura da Faculdade Engenharia e do Centro Nacional de Investigação Científica. Os grandes desafios deste período prendiam-se, essencialmente, com a consolidação do ES, melhorando o funcionamento das várias disciplinas que constituem o plano curricular de cada curso.

³ Salienta-se que a Universidade de Angola foi afectada por uma crise que levou a considerar a sua extinção (meados para o fim dos anos 70), por razões de redução do número de docentes e discentes. Estas dificuldades estiveram aliadas à transição do sistema colonial para um sistema independente, tendo a Universidade persistido e progredido graças aos investimentos públicos que permitiram o recrutamento de novos professores. Vide Nguluve, 2006, p.146.

Assistimos, então, à preocupação com a melhoria das condições de trabalho dos docentes, nomeadamente as salas de aulas, bibliotecas e os laboratórios.

A preocupação com a qualidade do ensino, por sua vez, enquadrava-se nos propósitos de qualificação de quadros de nível superior para apoiar os desafios socioeconômicos do País (Teta, 2008). De acordo com Canjimbi (2000) citado por Nguluve (2006, p.144), o número de estudantes matriculados no ES era relativamente baixo, constituindo um rácio de 54 estudantes para 100.000 habitantes. Junta-se também a preocupação ligada ao número de estudantes que, apesar do ingresso, não chegavam a concluir a sua formação, estimando-se que para cada cinco estudantes, dois não chegavam ao final desta etapa (Nguluve, 2006, p.146). Nesta época, havendo uma única universidade, o público era assegurado pela Universidade Agostinho Neto que, basicamente, concentrava as demais faculdades em Luanda e os Institutos Superiores localizados nas cidades de Lubango, Huambo, Benguela e do Uíge.

Extensão do Ensino Superior às Instituições Privadas (1992 - 2011)

Ultrapassado o período mais conturbado o ES, foi possível registrar o contínuo aumento de estudantes neste subsistema de ensino. Isto é, terminada a guerra civil em 2002, a situação política do país sofreu alterações significativas; o governo prestou maior atenção e disponibilizou mais dinheiro neste sector, tendo saldado num aumento significativo de estudantes. Neste ano, o número de estudantes havia já aumentado para 12.566 (Carvalho, 2012). Este cenário sociopolítico não só trouxe um novo sentimento de esperança a todos os que estavam interessados no progresso e no desenvolvimento do povo angolano, mas também numa nova possibilidade para a construção de novas políticas educacionais alinhadas com os desafios do desenvolvimento nacional, regional e internacional, no âmbito das parcerias (Agostinho Eduardo, 2020).

É neste contexto sociopolítico e econômico que surge a primeira instituição privada de ES em Angola, a Universidade Católica de Angola, que iniciou as suas funções em 1999, a qual se seguiram outras instituições. Até ao ano de 2011 existiam 10 universidades privadas e 12 institutos superiores privados. Portanto, tendo em conta o clima de paz, de 2002 para 2011, segundo o estudo apresentado por Kandingi (2016, p. 78), o número de estudantes a frequentarem os cursos de graduação em instituições de ES em Angola evoluiu para 140. 016.

A Evolução das Regiões Acadêmicas (2009 - 2020)

Considerando a dimensão do País e a crescente procura deste nível de ensino pela população, sobretudo pela comunidade estudantil (Naege, 2019), começaram a ser identificadas algumas necessidades específicas para que o ES continuasse a ser desenvolvido. Após um diagnóstico deste subsistema, em 2009 deu-se a reorganização e redimensionamento da Universidade Agostinho Neto (UAN) (Decreto nº 7/09 de 12 de Maio do Conselho de Ministros). Com base na estatística (MESCTI, 2018), de 2002 até 2008, os estudantes admitidos no 1º ano passaram de 4.341 para 8.212, traduzindo um aumento de 57% desta população (mesmo havendo ainda um elevado número de candidatos não admitidos nas instituições e nos cursos disponíveis).

Nos cursos de graduação, em 2002, o número de estudantes (12.554) aumentara, em 2008, para 46.838 (42.774 matriculados em licenciatura e 4.064 em bacharelato, uma taxa média de crescimento de 159% de licenciados e 36% de bacharéis por ano). Ao nível dos cursos de pós-graduação, o crescimento foi de 1.626, em 2008, (3 doutoramento, 436 mestrado e 1.189 várias especializações, equivalendo a uma taxa de 800% em mestrado, 97% em especializações e 138% em agregação pedagógica por ano). Notou-se também um aumento de diplomados de 304 para 4.517, em 2008, totalizando uma média de 1.980 por ano e uma taxa de aumento de 551%.

Ainda no período de redimensionamento da UAN (2009-2014), existiam 4.080 vagas, um número insuficiente face à procura dos estudantes que pretendiam transitar do ensino médio para ES. Já em 2009, o número de estudantes inscritos passou para 36.889 e o correspondente aos candidatos admitidos e matriculados atingiu o número de 4.642, sendo o rácio de preenchimento de vagas de 114 admissões por cada 100 vagas. Quanto aos estudantes que terminaram a graduação e pós-graduação neste ano, havia 961 diplomados e, em 2014, passaram para 6.197, representando um aumento por ano na ordem de 1.912 diplomados (crescimento de 98%).

Confrontando os anos de 2002 e 2014, nota-se que de 12.554 para 37.905 houve um aumento significativo da população estudantil no ES, cujo número de inscritos, 16.000, passou para cerca de 36.886 e o número de diplomados evoluiu de 304, em 2002, para 6.197, em 2014. Esta expressividade permite a compreensão da necessidade em termos de procura do ES em Angola assim como a efetividade do plano de expansão das universidades em Regiões.

No entanto, a criação de Regiões Acadêmicas, segundo o Decreto nº 5/2009 de 7 de Abril, permitiu delimitar a atuação e a expansão territorial das IES, alcançando o

Mbaz Naege, Albano A. Eduardo, O desenvolvimento do ensino superior em Angola: implicações

âmbito regional ou provincial, isto é, confinadas àquelas áreas. Daí a **Região Académica I** – *Universidade Agostinho Neto* (Luanda e Bengo, sede em Luanda, 17 Instituições; 7 Faculdades, 1 Escola Superior e 8 Institutos Superiores); **Região Académica II** – *Universidade Katyavala Buila* (Benguela e Kuanza Sul, sede na província de Benguela, 6 Instituições; 3 Faculdades e 5 Institutos Politécnicos); **Região Académica III** – *Universidade 11 de Novembro* (Cabinda e Zaire, sede em Cabinda, 6 Instituições; 3 Faculdades, 2 Institutos Politécnicos e 1 Escola Superior Politécnica); **Região Académica IV** – *Universidade Lueji A’Nkonde* (Lunda Norte, Lunda Sul e Malange, sede na Lunda Norte, 11 Instituições; 5 Faculdades, 4 Escolas Superiores e 22 Escolas Politécnicas); **Região Académica V** – *Universidade José Eduardo dos Santos* (Huambo, Bié e Moxico, sede no Huambo, 5 Faculdades, 2 Institutos Politécnicos e 2 Escolas Superiores); **Região Académica VI** – *Universidade Mandume ya Ndemofayo* (Huila, Namibe, Cunene, e Kuando-Kubango, sede na província da Huila, 3 Institutos Politécnicos e 4 Escolas Superiores); **Região Académica VII** – *Universidade Kimpa Vita* (Uíge e Kuanza Norte, sede na província do Uíge, 2 Faculdades, 2 Escolas Politécnicas, 1 Escola Superior, 1 Academia de Saúde e 1 Instituto Superior (Decreto nº 7/2009 de 12 de Maio) e por via do Decreto presidencial nº 188/14, criou-se também a **Região Académica VIII** - *Universidade Cuíto Cuanavale* (Quando Cubango e Cunene, sede na província de Cuando Cubango).

Assim, a regionalização universitária é um passo em direção à descentralização e à independência funcional das IES. É nesta vertente que o Ministério do ES, desde 2015, tem vindo a publicar⁴ documentos oficiais com o objetivo de esclarecer/reconhecer a legalidade daquelas instituições, tendo para o efeito, em 2018, registado 72 IES (25 públicas e 47 privadas) com base nos requisitos. Deste modo, existe 1 Academia, 4 Escolas Superiores Públicas, 49 Institutos Superiores (12 públicas e 37 privadas) e 18 Universidades (8 públicas e 10 privadas).

A Graduação entre 2017 e 2018

Relativamente à formação, em **2017**, foram graduados 21.310, destacando-se o curso de Direito com 2.288 (10,74%), sendo; públicas com 532 (12,50%) e privadas com 1.756 (8,24%), seguido do curso de Enfermagem com 1.392 (6,53%), sendo; 573 (2,69%) públicas e privadas com 819 estudantes (3,84%). Já no que diz respeito à área de

⁴ Por exemplo, no documento “Quadro Actual de Legalidade dos Cursos de Graduação Ministrados nas Instituições de Ensino Superiores Públicas e Privadas” assume a existência de 25 Instituições públicas e 45 privadas.

conhecimento, realçam-se as Ciências Sociais, Comércio e o Direito com 45, 25% (11,52% públicas e 33,53% privadas), seguindo-se a área da Educação com 25,76%, (21,27% públicas e 4,49% privadas). Também o diagnóstico indica que as IES Privadas contribuíram na graduação de 54,43 % (sendo 24,02% Masculino e 30,41% Feminino) em oposição as IES Pública 45,57% (Sendo 25,86% Masculino e 19,71% Feminino), segundo MESCTI (2018).

Para o ingresso de novos estudantes, as IES disponibilizaram uma oferta de 134.418 vagas com maior proporção nas IES privadas com 106.851 (79,5%) contra 27.567 (20,5%) das IES públicas. Esta oferta engajou 234.369 candidatos inscritos para o Exame de Acesso, sendo a maior procura registada nas IES públicas de 72,18% contra 27,82% das IES privadas.

Esta procura cingiu-se nas áreas de Ciências Sociais, comércio e Direito 36,99%, Educação com 23,42%, Saúde e Proteção Social com 23,42% e a área de Letras e Artes com somente 1,12% de procura. Nesta estatística, a admissão de candidatos através do exame de acesso foi de 87.198 (37,21 %) com realce para as IES privadas com 58.007 (24,75%) contra 29.191 (12,46 %) das IES públicas. No entanto, dos candidatos admitidos somente 78.574 realizaram a matrícula pela 1ª vez, sendo 34.526 do sexo feminino (43,94%) e 44.048 do sexo masculino (56,06 %) representando uma taxa de ingresso de 58,45 %.

Ao contrário do anterior, o ano de **2018** contou com uma matrícula de 261.214 estudantes (54,76 %, sexo masculino e 45,24 %, sexo feminino), sendo as IES privadas as que concentraram o maior número de estudantes (53,06 %) em relação às IES públicas (46,94 %). Assim, as áreas do conhecimento (1) Ciências Sociais, Comércio e Direito com 44,06 %, (2) Ciências da Educação 20,07 %, (3) Engenharia, Indústria de Transformação e Produção 14,05 % e (4) Saúde e Proteção Social com 13,06 % foram as que maior número de estudantes matriculou. À semelhança de 2017 o curso de Direito foi o que maior número de estudantes matriculou 11,64 %, seguindo-se ao de Enfermagem e Psicologia (5,42 % e 4,49 %).

Dada a localização geográfica das IES, a província de Luanda concentra o maior número de estudantes (50,87 %,) destacando-se as IES privadas (38,89%) contra 11,98 % das IES públicas. Seguem-se as províncias: Huíla (7,84 %), Benguela (7,56 %) e Huambo (7,28 %). Portanto, em termos de Recursos Humanos, contou-se com 17.391 funcionários, 10.441 docentes 60,04 % (23,29 % IES publicas e 36,75 % IES privadas) e 6.950 são Técnicos Administrativos 39,96% (19,40 % IES públicas e 20,56 % IES

Mbaz Naege, Albano A. Eduardo, O desenvolvimento do ensino superior em Angola: implicações privadas), predominando o gênero masculino 68,14 % (46,15 % docentes e 21,99 % técnicos administrativos) em relação ao feminino 31,86 % (13,89 % docentes e 17,97 % técnicos administrativos).

A Passagem das Regiões Acadêmicas em Redes de Instituições Públicas

No âmbito da reorganização das redes de IES públicas no país, o governo extinguiu e fundiu⁵ 12 instituições públicas, entre várias razões, com objetivo de evitar a dispersão de recursos financeiros e humanos, bem como com a finalidade de adequar a expansão de acordo com os objetivos estratégicos de desenvolvimento socioeconômico e comunitário local (MESCTI, 2018). Esta ação obedeceu ao programa do governo que assentou no redimensionamento das instituições existentes; fusão de algumas e a criação de novas IES. Foi nesta visão que o país passou a contar com 11 Universidades e com respectivos cursos, enquanto oferta para a diversificação de quadros:

1) **Universidade Agostinho Neto** — *Unidades Orgânicas* (Faculdade de Ciências Naturais, Faculdade de Direito, Faculdade de Economia, Faculdade Engenharia, Faculdade Humanidades, Faculdade de Medicina, Instituto de Ciências de Saúde, Instituto de Educação Física e Desportos e Escola de Hotelaria e Turismo), 2) **Universidade Cuíto Cuanavale** — *Unidades Orgânicas* (Instituto Politécnico e Escola Pedagógica), 3) **Universidade José Eduardo dos Santos** — *Unidades Orgânicas* (Faculdade de Ciências Agrárias, Faculdade de Direito, Faculdade de Economia, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Medicina Veterinária, Instituto Politécnico). 4) **Universidade Katyavala Bwila** — *Unidades Orgânicas* (Faculdade de Direito, Faculdade de Economia, Faculdade de Medicina, Instituto Politécnica); 5) **Universidade Kimpa Vita** — *Unidades Orgânicas* (Faculdade de Direito, Faculdade de Economia, Instituto Politécnico), 6) **Universidade Lueji A N'Nkonde** — *Unidades Orgânicas* (Faculdade de Direito, Faculdade de Economia, Escola Pedagógica na Cidade de Dundo; Instituto Técnico do Cuango na Cidade do Cuango e Instituto Politécnico na Cidade do Saurimo Província da Lunda Sul. 7), **Universidade Mandume Ya Ndemufayo** — *Unidades Orgânicas* (Faculdade Direito; Faculdade de Economia, Faculdade de Medicina e Instituto Politécnico, na Cidade Ondjiva, Província do Cunene), 8) **Universidade 11 de Novembro** — *Unidades Orgânicas* (Faculdade de Direito,

⁵ À luz do Decreto Presidencial nº 285/20 do 29 de Outubro que estabelece a reorganização de Instituições Públicas de Ensino Superior em Angola, revogado o Decreto nº 5/09 de 7 de Abril, o Despacho Presidencial nº 38/16, de 24 de Março, o Decreto Presidencial nº 172/14 de 23 de Julho, o Despacho Presidencial nº 63/16, de 18 de Maio.

Faculdade de Economia, Faculdade de Medicina, Instituto Politécnico), 9) **Universidade do Namibe** – *Unidades Orgânicas* (Faculdade de Ciências Naturais, Faculdade de Ciências das Pescas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades, Faculdade de Engenharia e Tecnologias), 10) **Universidade Rainha Njinga a Mbande** – *Unidades Orgânicas* (Faculdade de Medicina, Instituto Politécnico, Instituto de Tecnologia Agro-Alimentar), 11) **Universidade de Luanda** – *Unidades Orgânicas* (Faculdade de Arte, Faculdade de Serviço social, Instituto Politécnico de Gestão, Logística e Transportes, Instituto de Tecnologias de Informação e Comunicação).

Paralelamente àquele esforço, o governo reajustou 11 Institutos Superiores Autónomos sedeados nas seguintes províncias:

Ex. Unidade Orgânica da Universidade Katyavala Bwila (**Benguela**); Instituto Superior Politécnico do Bengo, Ex. Unidade Orgânica da Universidade Agostinho Neto (**Bengo**); Instituto Superior de Ciências da Educação, antiga Unidade Orgânica da Universidade 11 de Novembro (**Cabinda**); Instituto de Ciências da Educação, Ex. Unidade Orgânica da Universidade Katyavala Bwila, Instituto Superior de Petróleos e Instituto Superior Politécnico de Cuanza Sul todas na Cidade do Sumbe (**Cuanza- Sul**); Instituto Superior de Ciências de Educação (**Huambo**); Instituto Superior da Educação, na Cidade de Lubango (**Huíla**); Instituto Superior de Ciências da Educação (**Luanda**); Instituto Superior de Ciências da Educação (**Uíge**); Instituto Superior Politécnico, na Cidade de Soyo (**Zaire**).

Ainda na vertente de oferta formativa, registou-se a alteração de Tipologia de Escola para Instituto Superior Autónomo, as Instituições Públicas de Ensino Superior que foram criadas como Escolas Superiores, pelo Decreto nº 7/09, de 12 de Maio, nos termos do novo diploma, um total de 3, passam a ser Institutos Superiores Politécnicos Autónomos para além da criação de 4 Escolas Superiores Autónomas, nas províncias de Bengo, Bié, Cuanza Norte e província de Zaire (Decreto Presidencial nº 285/2020 do 29 de Outubro).

Deste modo, o Subsistema de Ensino Superior ao integrar 93 IES (29 públicas e 64 privadas) registou 1090 graduações (362 IES públicas e 728 IES privadas). Para além da observação, é importante salientar com base no Anuário que o quadro atual de cursos/oferta formativa, àquele nível, é heterogêneo, desequilibrado e gerador de distorções no que diz respeito à relação diplomados e necessidades socioeconômicas, porque é um quadro que evidencia maior concentração de cursos na capital do país (45%), sobretudo, nas áreas de Ciências Sociais e Humanas (MESCTI, 2018).

Discussão dos Resultados

A revisão bibliográfica e documental, numa abordagem de natureza qualitativa, permitiu compreender os aspectos históricos do ES em Angola e obter os dados descritos nas secções anteriores, com base na questão de pesquisas. A intencionalidade na sua recolha justificou-se pelo fato de, para além da sua significação no contexto social (Bogdan & Biklen, 1994), pretendermos compreender a relação entre as variáveis, evolução universitária e implicações no desenvolvimento.

A par do crescimento do país, a evolução dos dados indica que o principal desafio do sector é a melhoria da qualidade do ES em que o crescimento espelha a quantificação das suas instituições bem como o número da população estudantil cujo desafio é ajustar o paradigma estrutural⁶, para além de formar quadros e técnicos capazes de responderem aos diferentes sectores da vida nacional e internacional.

Sendo um dos desafios da educação, em geral, e, particular do ES, a elevação da qualidade do ensino, torna-se necessário que sejam definidos parâmetros de qualidade para que as instituições públicas e privadas gozem de maior prestígio de modo que os seus estudantes se tornem em profissionais mais competentes. Esta evolução (extensão, regionalização, redes), por mínimo que seja, é também uma consequência da sua qualidade (Agostinho Eduardo, 2020), isto é, passos em direção a avaliação da qualidade do ensino, corpo docente e da qualidade das instalações e dos respectivos cursos enquanto resposta à demanda/oferta formativa, sendo um esforço indispensável para o contínuo desenvolvimento se se tiver em conta os padrões internacionais (Paulo & Almeida, 2018).

Uma outra leitura que os dados evidenciam é a possibilidade de os estudantes diversificarem a formação ao nível da rede cuja avaliação externa sobre a interna também ajuda aos estudantes a ponderarem sobre as suas escolhas, sobretudo ao nível da

⁶ A Universidade Lueji A N'Nkonde (ULAN), enquanto modelo de observação, surgiu por força do Decreto nº 7/09 de 12 de Maio. Segundo Agostinho Eduardo, (2020, p. 4) “coube à província de Malanje a Faculdade de Medicina, Instituto Superior Politécnico e o Instituto Superior Técnico Agro-Alimentar, estas duas sem dependência à ULAN; à província da Lunda Sul, a Escola Superior Politécnica e à província da Lunda Norte, a ESPLN, a Escola Superior Politécnica do Cuango, as Faculdades de Direito e de Economia”. No período de 2009-2019 teve um universo de 42291 e uma média de 3. 844 estudantes matriculados. De acordo com o mesmo estudo, a “triangulação MESCTI, ULAN e parceiros internacionais (Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Universidade Trás-os Montes e Alto Douro, Universidade Marian Ngouabi-Congo Brazaville, Universidade de Quilmes-Argentina e com a Universidade de São Paulo” (p. 4-5) permitiu, a partir de 2018, a aprovação dos mestrados em Ciências da Educação (ESPLN), Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental (ESPLS) e em Toxicologia (Faculdade de Medicina), suportados por um corpo docente maioritariamente colaborador, carência de bibliotecas (especializadas), carência de recursos financeiros. No âmbito da evolução em Redes, está confinada nas duas Lundas ainda com parte das anteriores dificuldades.

qualidade do ensino e de proximidade da sua residência. No entanto, este esforço tem as suas implicações colaterais, uma vez que o ensino médio não está isento de insuficiências do ponto de vista de qualidade e de exigências dado que um número considerável de estudantes tem sido incapaz de alcançar a média exigível para a admissão no ES. Nos casos em que há ponderações (admissões) esta dificuldade tem proporcionado a existência de estudantes a frequentar o ES sem a necessária preparação académica ao nível do saber prévio, indispensável para a frequência universitária, dá lugar a deficiências que os estudantes e os professores vão contornando, perdendo alguns dos parâmetros de qualidade pretendidos como mais abrangentes possíveis (Cruz, 2005).

O exercício de investigação científica, área que requer mais investimento, é outro elemento subjacente a esta evolução uma vez que a edição de revistas ou livros científicos, assim como a dinamização de encontros científicos continua a ser uma atividade escassa — os docentes e estudantes que pretendem dedicar-se à investigação confrontam-se às vezes com a necessidade de sair do país para obterem o incentivo e respectivo acompanhamento metodológico. Mesmo nestes casos, de acordo com Silva (2012), ainda não é fácil divulgar, nas universidades locais, os resultados tanto das investigações quanto da aplicação prática, sendo uma postura de resistência e descrédito quanto à relevância da produção científica, desacelerando o crescimento do país.

Outra linha de atenção é a construção de infraestruturas universitárias (escolares, bibliotecas e laboratórios), para além de docentes capazes de desenvolverem nos estudantes as competências necessárias ao mercado de trabalho. Segundo Carvalho (2012, p. 57), o fato de haver docentes com pouca preparação e rigor metodológico estas lacunas são uma condição que despromove, sobretudo, o rigor ao nível do subsistema. O levou o governo (em parceria) a investir na capacitação do quadro docente com vista a alterar, atualização e imprimir uma nova dinâmica aos desafios de desenvolvimento do país.

Considerações Finais

Ao longo desta reflexão foi possível caracterizar alguns aspectos relativos ao percurso do ES em Angola, com destaque para as distintas fases da sua evolução, como parte do seu desenvolvimento e do sistema educativo em geral. As realidades históricas, sociopolíticas e económicas do País são variáveis inseparáveis do desenvolvimento do ES em Angola cujas fases de evolução se compenetraram nos esforços de educação,

Mbaz Naege, Albano A. Eduardo, O desenvolvimento do ensino superior em Angola: implicações formação e realização de gerações. Para além da evolução as implicações do seu desenvolvimento refletem - se no país e, em particular, em cada região/rede académica ao responderem às demandas formativas às quais se deve juntar com rigor os desafios do século XXI — saber, saber fazer e o saber estar em direção a um saber estar e ao saber ter individual, comunitário e universal.

A retoma da informação estatística (MESCTI, 2018) ajuda a perceber a necessidade de uma visão desafiadora, a partir das fragilidades / deficiências, fundamentada em acompanhamento, apoio e modernização das instituições, adequando-as às solicitações regionais e internacionais de formação e diversificação de quadros. Pois a falta de estruturas adequadas para acomodar a maioria das IES, a insuficiência de docentes efetivos (também com qualidade questionável), a ausência de fundo de apoio à investigação científica, a superação e adequação do perfil do estudante universitário, a pouca relação entre a universidade e as suas comunidades, são entre outras implicações que as universidades necessitam de reinvenção nesta visão expansionista.

Assim, quanto maior diversidade e oferta formativa (cursos), maior deve ser a preocupação em relação à qualidade e à gradual consolidação das IES, a partir do agora, enquanto parte das implicações no desenvolvimento de ES em Angola. Portanto, nesta evolução e implicações no desenvolvimento, as especificidades da ULAN, no geral, não são estranhas a compreensão de outras universidades, sobretudo novas, com a diferença entre as unidades orgânicas antigas e as criadas recentemente; entre as mais e menos dotadas financeiramente, bem como de características socioeconômicas das respectivas províncias acolhedoras, o que pressupõe ainda um longo caminho de investimento para um retorno de e com maior qualidade nacional e internacional.

Referências

- Agostinho Eduardo, A. (2020). A Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e o seu objecto social vs COVID-19. *Revista Eletrónica Kulongesa – TES*. 3 (E-1): 65-74.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Tradução de Maria J. Alvarez, Sara B. dos Santos e Telmo Baptista. Porto: Porto Editora.
- Canjimbi, L. (2000). Situação da Educação em Angola: Grandes Centros Urbanos: In Primeira Semana Social Nacional 99: *Educação para uma cultura de paz (pp.172-189)*. Luanda: CEAST
- Carvalho, P. (2012). Angola: Estrutura social da sociedade colonial. *Revista Angolana de Sociologia*, 7(1), 57-69.

Mbaz Naege, Albano A. Eduardo, O desenvolvimento do ensino superior em Angola: implicações

Cruz, V. E. (2005). *O estatuto do indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa. O caso de Angola*. Lisboa: Novo Imbondeiro.

Cunha, M. (2010). *Trajetórias de Lugares de Formação da Docência universitária. Da perspectiva individual ao espaço institucional*. Junqueira & Marim editores. RJ, Brasil.

Decreto Presidencial nº 07/2009 de 12 de Maio. Diário da República nº237/2009 - I Série. Estabelece as Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino Superior. Secretaria de Estado para o Ensino Superior. Luanda.

Decreto Presidencial nº 285/2020 do 29 de Outubro. Diário da República nº 173/2020 – I Série que Estabelece a Reorganização da Rede de Instituições Públicas de Ensino Superior. Secretaria de Estado para o Ensino Superior. Luanda.

Decreto Presidencial nº 32/2020 de 12 de Agosto. Diário da República nº 132/2020 - I Série. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, que altera a lei nº 17/16 de 7 de Outubro. Secretaria de Estado para o Ensino Superior. Luanda.

Gulbenkian, C. (1987). *Estudo da Universidade Agostinho Neto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Henderson, L. W. (1990). *A Igreja em Angola*. Lisboa: Editorial Além-Mar.

Kandingi, A. C. (2016). *A expansão do Ensino Superior em Angola. Um estudo sobre impacte das instituições do Ensino Superior Privado*. Tese de doutoramento (não publicada). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

MESCTI (2018). *Anuário de estatístico do ensino superior*. Ministério do ensino superior, ciências, tecnologia e inovação da República de Angola. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística. Luanda. 5ª ed. Edições MESCTI.

Naege, M. (2019). *Transição, adaptação e Sucesso académico: estudo com alunos do 1º ano do ensino superior em Angola*. Editorial Academica Universitaria (Edacun). Universidad de Las Tunas: <http://www.edanob.ut.edu>.

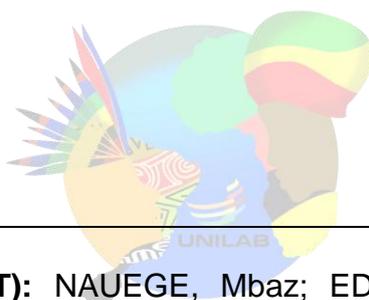
Nguluve, A. K. (2006). *Política Educacional Angolana (1976-2005): Organização, Desenvolvimento e Perspetivas*. Dissertação de mestrado não publicada São-Paulo: Universidade de São Paulo.

Paulo, T. G., & Almeida, L. S. (2018). Adaptação dos estudantes ao Ensino Superior em Angola: Análise das suas dificuldades antecipadas. In J.R. Casanova, M. J. Ruiz-Melero, & L. S. Almeida (Eds.), *VI Seminário Internacional: Cognição, Aprendizagem e Desempenho. Livro de Atos (pp. 102-109)*. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd), Universidade do Minho.

- Mbaz Nauege, Albano A. Eduardo, O desenvolvimento do ensino superior em Angola: implicações Santos, M. (1970). *História de ensino em Angola*. Edição dos Serviços de Educação. Luanda
- Silva, E. A. (2004). *O burocrático e o político na administração universitária. Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola)*. Braga: Universidade do Minho, Centro Investigação em Educação (CIEd).
- Silva, E. A. (2012). *Universidade Agostinho Neto. Quo vadis?* Luanda: Editora Kilombelombe.
- Teta, J. S. (2008). Educação superior em Angola, (1991), 30-34. Retrieved from <http://www.pucrs.br/edipucrs/cplp/arquivos/teta.pdf>.
- Zau, F. (2009). *Educação em Angola, Novos trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Ed. Universitária.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 27/12/2022



Para citar este texto (ABNT): NAUEGE, Mbaz; EDUARDO, Albano Agostinho. O desenvolvimento do ensino superior em Angola: implicações da diversidade das suas instituições. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.2, nº Especial II, p. 290-306, dez. 2022.

Para citar este texto (APA): Nauege, Mbaz; Eduardo, Albano Agostinho. (dez.2022). O desenvolvimento do ensino superior em Angola: implicações da diversidade das suas instituições. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 2 (Especial II): 290-306.